

FENOMENOLOGIA DA PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
PHENOMENOLOGY OF PERCEPTION AND SOCIAL REPRESENTATIONS
FENOMENOLOGÍA DE LA PERCEPCIÓN Y REPRESENTACIONES SOCIALES

Eleno Marques de Araújo¹
Vania Maria de Oliveira Vieira²
Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra³

RESUMO: As representações sociais, significam o *modus operandi* do sujeito no meio social em que vive, isto é, como cada pessoal ou grupo de indivíduos age, percebe, compreende e comunica aos outros sua própria compreensão do ente em tela. As formas de representá-lo socialmente constituem as representações sociais. O presente artigo tem como principal objetivo demonstrar como a fenomenologia atua na percepção e representações sociais, utilizando as bases filosóficas de alguns pensadores como respaldo para a pesquisa em questão. Pelo estudo que realizamos em Merleau-Ponty e Moscovici concluímos que, de fato, não iniciamos a cada amanhecer um novo processo de conhecimento, mas sempre partimos da herança histórico-cultural sobre a qual nossa geração se ergue. Neste sentido, percebemos que Marková (2017) tem razão ao afirmar que Moscovici fez uso de dados estudados por Merleau-Ponty. Ao longo desse ensaio procuramos discutir e demonstrar alguns pontos de proximidade e de distanciamentos entre os dois teóricos, chegando à conclusão que o novo processo de conhecimento não ocorre de forma efetiva.

220

Palavras-chave: Percepção. Representações sociais. Filosofia. Fenomenologia.

ABSTRACT: Social representations mean the *modus operandi* of the subject in the social environment in which he lives, that is, how each person or group of individuals acts, perceives, understands and communicates to others their own understanding of the entity in question. The ways of representing it socially constitute the social representations. The main objective of this article is to demonstrate how phenomenology operates in perception and social representations, using the philosophical bases of some thinkers as support for the research in question. From the study we carried out in Merleau-Ponty and Moscovici, we concluded that, in fact, we do not start a new process of knowledge every dawn, but we always start from the historical-cultural heritage on which our generation rises. In this sense, we realize that Marková (2017) is right in stating that Moscovici made use of data studied by Merleau-Ponty. Throughout this essay, we tried to discuss and demonstrate some points of proximity and distance between the two theorists, reaching the conclusion that the new process of knowledge does not occur effectively.

Keywords: Perception. Social representations. Philosophy. Phenomenology.

¹Doutorando em Ciências da Educação pela Universidad del Sol - PY, Doutor em Ciências da Religião - PUC-GO

²Doutora em Educação - PUC-SP

³Doutorando em Ciências da Educação - Universidad del Sol - PY, Mestre em Filosofia - UFPB

RESUMEN: Las representaciones sociales significan el *modus operandi* del sujeto en el medio social en el que vive, es decir, cómo cada persona o grupo de individuos actúa, percibe, comprende y comunica a los demás su propia comprensión del ente en cuestión. Las formas de representarlo socialmente constituyen las representaciones sociales. El objetivo principal de este artículo es demostrar cómo opera la fenomenología en la percepción y las representaciones sociales, utilizando las bases filosóficas de algunos pensadores como sustento de la investigación en cuestión. Del estudio que realizamos en Merleau-Ponty y Moscovici concluimos que, en efecto, no cada amanecer iniciamos un nuevo proceso de conocimiento, sino que partimos siempre del acervo histórico-cultural sobre el que se levanta nuestra generación. En este sentido, nos damos cuenta de que Marková (2017) tiene razón al afirmar que Moscovici hizo uso de los datos estudiados por Merleau-Ponty. A lo largo de este ensayo tratamos de discutir y demostrar algunos puntos de proximidad y distancia entre los dos teóricos, llegando a la conclusión de que el nuevo proceso de conocimiento no se da de manera efectiva.

Palabras clave: Percepción. Representaciones sociales. Filosofía. Fenomenología.

INTRODUÇÃO

As representações sociais, tais como foram cunhadas por Moscovici e compreendidas por aqueles que trilham pelas veredas dessa teoria, significam o *modus operandi* do sujeito no meio social em que vive. Isto é, como cada pessoal ou grupo de indivíduos age, percebe, compreende e comunica aos outros sua própria compreensão do *ente* em tela. Por exemplo, seja no plano individual seja no coletivo, a forma como é compreendida e comunicada a vivência religiosa.

Neste caso, a espiritualidade ou religiosidade é o *ente* em tela. As formas de representá-lo socialmente constituem as representações sociais. Neste sentido, Moraes; et. al (2014, p. 20) fazendo referência aos estudos de Moscovici (1978) afirma que “Representação social constitui uma das vias de apreensão do mundo concreto nos seus alicerces e nas suas consequências. Ocorre a transformação de um conhecimento indireto em conhecimento direto”. Esse é o único meio, segundo Moscovici, de nos apropriarmos do universo exterior.

O presente artigo tem como principal objetivo demonstrar como a fenomenologia atua na percepção e representações sociais, utilizando as bases filosóficas de alguns pensadores como respaldo para a pesquisa em questão.

PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA FILOSOFIA FENOMENOLÓGICA

Tais representações passam por diversas fases que pelo senso comum, a ciência e a reificação, é dada o processo de retorno às bases de onde partiram as primeiras compreensões

do ente. “O senso comum, com sua inocência, suas técnicas, suas ilusões, seus arquétipos e estratégias, é que fornece à ciência e à filosofia os substratos que fundamentam as suas conclusões após serem destrinchadas. Essa seria, pois, a ordem correta de aplicação (MORAIS; et. al, 2014. p. 21). Dada a vitalidade e força criadora de conhecimentos práticos do dia a dia que o senso comum tem é fazer dele usual e vivo no meio popular. Moscovici soube integrar este conhecimento no processo de elaboração da teoria das representações sociais. Ele enxergou no senso comum o que muitos pesquisadores não conseguem ver, uma dinamicidade viva e criadora de conhecimento. Moraes; et. al (2014. p. 22) acrescenta ainda que:

As representações sociais são verdadeiras ‘teorias do senso comum’, ‘ciências coletivas *sui generis*’ pelas quais se constrói uma realidade social. Essas representações sociais se comunicam entre si; são dinâmicas e refletem um determinado modo de compreender o mundo e de ver a vida.

Vieira (2006, p. 114) referindo-se aos estudos de Nascimento (2002) sobre a definição da TRS diz que Nascimento “[...] acresce a esse conceito o comentário de que a representação social, para Jodelet ‘é um saber do senso comum, um conhecimento sócio construído. É sempre a representação de alguém ou de alguma coisa. Daí ter a representação um caráter social, figurativo e simbólico.’” Por certo que o senso comum em si torna, para Moscovici, um objeto ou campo fenomênico através do qual o sujeito observador capta as informações manifestadas fenomenicamente, eleva-as ao âmbito científico e retorna às bases no processo de reificação. Dessa forma, mais uma vez podemos assegurar que o método fenomenológico está presente aqui da mesma forma que Merleau-Ponty descreve na sua *Fenomenologia da Percepção*.

É importante também discutir sobre o processo de construção das representações sociais. Neste sentido, a colaboração de Jesuino (2014, p. 49) ajuda a clarificar que:

Representar uma coisa, um estado, não é, com efeito, duplicá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo, é reconstituí-lo, é recoloca-lo para mudar-lhe o texto. A comunicação que se estabelece entre conceito e percepção, um penetrando o outro, transformando a substância concreta comum, cria a impressão de “realismo”, de materialidade das abstrações.

Conforme o pensamento de Jesuino acima se tratando de representar, não se pode simplesmente tomar uma coisa por outra imediatamente como se fosse assim algo simplório, simplesmente duplicando e repetindo o objeto. Representar significa ter em conta uma longa jornada de elaboração dos elementos que então imbricados no contexto da representação. O elemento primordial, isto é, o objeto ou ente em tela, deve ser de consenso do grupo de indivíduos que o assumem para si como uma representação. Entretanto, buscam um

significado que passa a ocupar o lugar do objeto agora representado. Contudo, “[...] nós nunca conseguimos nenhuma informação que não tenha sido distorcida por representações ‘superimpostas’ aos objetos e as pessoas que lhes dão certa vacuidade e as fazem parcialmente inacessíveis.” (MOSCOVICI, 2012, p. 33).

Mesmo se o pesquisador conseguir identificar uma representação que seja original, ela estará eivada de implicações do meio social que incendem sobre o grupo de indivíduos que forjou tal representação, uma vez que também na experiência fenomênica o meio em que vive o sujeito observador influencia de forma concreta na observação realizada. Neste sentido, acrescenta Moscovici (2012, p. 33) “[...] elas são apenas um elemento de uma cadeia de reações de percepções, opiniões, noções e mesmo vidas, organizadas em uma determinada sequência.” Uma vez definidas as representações, Moscovici (2012, p. 34) assegura que: “[...] elas convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas dão-lhes uma forma definitiva, as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas.”

As representações sociais, como descritas por Moscovici, dão a compreensão de certa rigidez no sentido de fornecer-lhes uma espécie de blindagem, de estabilidade. Entretanto, elas são móveis, dinâmicas e vivas, e é por essa razão de serem também passíveis de substituição por novas representações. Ademais que as convenções exercem também um poder sobre os indivíduos, fazendo com que aceitem determinados elementos das representações que nem sempre estavam dispostos a assumirem. Assim, Moscovici (2012, p. 34) escreve que: “[...] mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adequa exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros sob pena de não ser nem compreendido, nem decodificado.”

Este processo parece seguir um curso próprio, uma vez que se tem uma pessoa ou um objeto estranho ao grupo de indivíduos que convencionaram tal representação social, só podem aceitar o resultado da convenção ou não estar, portanto, representado, e conseqüentemente ser eliminado do grupo social. Dessa forma, “[...] nós não podemos imaginar que podemos libertar-nos sempre de todas as convenções ou que possamos eliminar todos os preconceitos.” (MOSCOVICI, 2012, p. 35). Na vida cotidiana, o indivíduo vai absorvendo uma carga histórico-social que compõe as minhas circunstâncias. Parece que para ser aceito no grupo social o sujeito acaba por aceitar ou adaptar-se e com isso a representação passa a ser assumida por todos, ficando ancorada e objetivada. No processo de

convencionalização das representações sociais pode acontecer uma transformação brutal para certos indivíduos.

[...] ocorre quando as novas práticas assumem um caráter irreversível e põem em questão a significação do NC sem a possibilidade de recurso a mecanismos defensivos. As importâncias dessas novas práticas e suas permanências engendram uma transformação completa do NC e, conseqüentemente, da representação. (MAZZOTTI, 2002, p. 24. NC = Núcleo Central).

Ora, na metodologia fenomênica de abordagem do objeto ou do campo fenomênico pode ocorrer a mesma que acontece com as convenções, com a ancoragem, com a objetivação e com a ‘blindagem’ do Núcleo Central. Quando o observador faz uma revisitação do objeto ou campo fenomênico pode surgir algo de novo a ser observado. Nas RS também pode dar a mesma situação dado ao processo de substituição de uma representação antiga por outra nova. Porém, Moraes; et. al (2014, p. 28) diz:

Importante ressaltar ainda que a representação social possui um núcleo central, mais central, mais resistente às mudanças ou interferências, porque ligado à história do indivíduo ou grupo que assegura, conforme Abric (2000, p. 31), a significação, a consciência e a permanência da representação são os elementos periféricos mais flexíveis e condicionam as representações individualizadas (p. 33). A associação desses elementos possibilita a ancoragem da realidade.

O núcleo mais central conforme a citação de Moraes et. al é a parte mais blindada em uma representação social, uma vez que o núcleo periférico pode sofrer alterações com mais frequências.

Vieira (2006, p. 115) evocando os trabalhos de Varlotta (2002) afirma que “A representação é entendida no interior da teoria, não como um espelhamento da realidade, mas como resultado de uma atividade psicológica, de um processo de construção simbólica desenvolvido nas interações entre o sujeito psíquico e o existente.” No campo fenomênico o observador está diante do mundo ou do objeto em si. Porém, a experiência de observador também é carregada com uma carga histórico-social resultante de convenções e processos psíquicos que podem interferir na descrição daquilo que foi observado.

Neste sentido, Vieira (2006, p. 116) acrescenta que “A representação não é um simples reflexo da realidade, ela é uma organização significativa que depende, ao mesmo tempo, de fatores contingentes (circunstâncias) e de fatores mais globais que ultrapassam a situação em si (contexto social e ideológico).” As representações sociais são resultados de construtos sociais, elas não são dadas aos sujeitos, mas estes as constroem. Na fenomenologia o processo se dá meio que ao inverso, isto é, o objeto ou campo fenomênico está dado ao observador, porém a percepção e a comunicação da captura da observação dependem da capacidade que ele terá de comunicar aos demais o resultado da experiência realizada. Também Bertoni e

Galinkin (2017, p. 106) escrevem que “É possível inferir que o estudo de uma representação pressupõe investigar o que pensam, porque pensam e como pensam os indivíduos”. Comentando sobre o núcleo central das representações sociais proposto por Abric, Bertoni e Galinkin (2017, p. 110) asseveram que:

[...] as representações são uma organização significativa e não simples reflexo da realidade. Elas funcionam como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social, determinando os seus comportamentos e suas práticas. São elas que orientam as ações e as relações sociais.

Por isso mesmo que elas constituem núcleos tanto o central quanto os periféricos. Quanto mais o significado tiver, maior ou menor grau de influência no meio social a representação estará no NC, ou no núcleo periférico. As autoras acrescentam ainda que o NC tem duas funções específicas.

Uma função geradora: ela é o elemento através do qual se cria ou se transforma o significado dos outros elementos constitutivos da representação. “É através dela que os outros elementos ganham um sentido, um valor” [...] uma função organizadora: é o núcleo central que determina a natureza dos elos, unindo entre si os elementos da representação. Nesse sentido, o núcleo é o elemento unificador e estabilizador da representação (BERTONI e GALINKIN, 2017, p. 111).

Os meios de efetivá-las também são múltiplos desde os gestos e expressões corporais até a fala, que por excelência cristaliza o processo de transmissão da compreensão. Ninguém pode comunicar algo que não seja compreendido por si mesmo e pelo outro. Por isso mesmo as representações sociais são resultado de uma espécie de convenção social entre as pessoas que compõem um grupo ou a sociedade como um todo.

De nada adiantaria dizer a expressão fonética em suas várias formas de grafia (A, a, ah, há) se para isso não houvesse anteriormente uma convenção social que desse sentido a cada uma delas [por isso as RS são carregadas da influência social]. É evidente que na forma da fala dificilmente é possível perceber a qual forma da grafia está correspondendo, mas quando a expressão toma a forma escrita é possível saber se é um artigo feminino, uma admiração exclamativa ou uma locução verbal temporal.

Ora a fala enquanto parte estruturante de uma língua já é resultado de processos de socialização portanto, de convenções. Logo, Moscovici (2012, p. 51) diz que “As regras dessa arte mantem todo um complexo de ambiguidade e convenções sem o qual a vida social não poderia existir. Elas capacitam as pessoas a compartilharem um estoque implícito de imagens e de ideias que são consideradas certas e mutuamente aceitas.” Falamos a língua portuguesa porque fomos socializados em uma comunidade de falantes dessa língua e não de outra, de forma impositiva aceitamos as regras do grupo que está presente antes de nós,

por isso que as convenções são às vezes também arbitrárias e coercitivas. Ou adequamos, ou estamos fora do grupo de praticantes deste tipo de fala. Neste sentido, Moscovici (2012, p. 42) chega a afirmar que:

As formas principais de nosso meio ambiente físico e social estão fixas em representações desse tipo e nós mesmos fomos moldados de acordo com elas. Eu até mesmo iria ao ponto de afirmar que, quanto menos nós pensamos nelas, quanto menos conscientes somos delas, maior se torna sua influência. É o caso em que a mente coletiva transforma tudo o que toca. Nisso reside à verdade da crença primitiva que dominou nossa mentalidade por milhões de anos.

Por essa e outras razões que Merleau-Ponty (2015, p. 23) assegura que ao estudar a percepção “encontramos na linguagem a noção de sensação que parece imediata e clara: eu sinto o vermelho, o azul, o quente, o frio”. Entretanto, a percepção pode ser também resultado das experiências convencionais estabelecidas pelos construtos sociais, assim como toda representação é uma construção, seja individual ou grupal.

Dessa forma, continua Merleau-Ponty (2015, p. 23): “Eu poderia entender por sensação, primeiramente, a maneira pela qual sou afetado e a experiência de um estado de mim mesmo”. Se está de olhos abertos pode ver um todo complexo e multiforme que compõe a realidade do mundo ou de partes recortadas e isoladas. Por exemplo: alguém pode ver um pássaro ou uma borboleta, que por sua vez está em uma árvore determinada, que compõe um bosque ou uma floresta. Haja vista que segundo Merleau-Ponty (2015, p. 24) “cada parte anuncia mais do que ela contém, e essa percepção elementar já está, portanto, carregada de um sentido”.

Nesta circunstância, o pássaro ou a borboleta representa uma parte do mundo que por sua vez é o todo. Vale trazer presente o que pensa Moscovici (2012, p. 32) ao assegurar que: “tais representações não correspondem a algo que nós chamamos o mundo externo. Eu simplesmente percebo que, no que se refere à realidade, essas representações são tudo o que nós temos. Aquilo a que nossos sistemas perceptivos, como cognitivos, estão ajustados.” É importante ressaltar aqui que no mundo dado no campo fenomênico também tudo o que o sujeito observador tem é o manifestado, ele não pode criar ou inventar, mas simplesmente captar o que o objeto ou campo fenomênico se manifesta a ele. Moscovici (2012, p. 32) evoca os estudos de Bower (1977) para reforçar que:

[...] nós geralmente usamos nosso sistema perceptivo para interpretar representações de mundos que nós nunca podemos ver. No mundo feito por mãos humanas em que vivemos, a percepção das representações é tão importante como a percepção dos objetos reais. Por representações eu quero dizer um conjunto de estímulos feitos pelos homens, que a finalidade de servir como substitutos de estímulos; elas produzem a mesma experiência que o mundo natural produziria.

Ademais, nada é sem sentido, toda e qualquer percepção é percebida porque está diretamente imbricada com o sujeito que percebe. Se houvesse duas pessoas no mesmo ponto da percepção do pássaro ou da borboleta, a segunda pessoa poderia ter percebido outro elemento que lhe desse mais sentido, isto é, as flores ou a coloração das folhas da árvore em que estão os outros dois objetos percebidos pela primeira pessoa. Ou ainda se está de olhos fechados sentirá a sensação de cinza escura dada à sensação imediata resultando a experiência sensível da ausência de luz que impossibilita a visão clara e distinta, seja de um objeto ou do próprio mundo como um todo, manifestado fenomenicamente.

Nas pesquisas com representações sociais o observador deve estar atento a uma realidade ampla, pois um olhar celetista poderá deixar passar despercebido algo não só importante, mas fundamental que deveria ser observado. Por isso mesmo, Moscovici (2012, p. 36) orienta que:

Procuraremos isolar quais representações são inerentes nas pessoas e objetos que nós encontramos e descobrir o que representam exatamente. Entre elas estão às cidades em que habitamos, os transeuntes nas ruas e mesmo a natureza pura, sem poluição, que buscamos no campo ou em nossos jardins.

Só após a primeira observação é o que pesquisador terá condições de dar o segundo passo, ou seja, descobrir o que realmente cada uma delas representa. Ora na fenomenologia o processo é o mesmo. O observador não cria seu objeto fenomênico, mas tão somente o identifica já manifestado no mundo dado, o que o sujeito faz é descrevê-lo a partir de sua percepção. À medida que a descrição vai sendo comunicada aos demais, o objeto está sendo identificado assim como nas RS, o pesquisador deve identificar exatamente o que cada uma delas representa.

Para Moscovici (2012) as representações sociais são tão vivas e dinâmicas que quase se materializam como os objetos. Elas são resultados de um longo processo de criação e comunicação, até se cristalizarem no grupo social que as forjaram. Dessa forma, assegura Moscovici (2012, p. 41) que:

Tais representações aparecem, pois, para nós quase como objetos materiais, pois eles são o produto de nossas ações e comunicações. Elas possuem, de fato, uma atividade profissional: eu estou me referindo àqueles pedagogos, ideólogos, popularizadores da ciência ou sacerdotes, isto é, os representantes da ciência, cultura ou religião cuja tarefa é criá-las e transmiti-las, muitas vezes, infelizmente, sem sabê-lo ou querê-lo.

Os indivíduos componentes de determinado grupo social assumem para si esta ou aquela representação muitas vezes sem ser transmitidas por aqueles que Moscovici denomina-os como representantes da ciência, isto é, os que popularizam as representações através da comunicação ou da vida cotidiana transformando-as em cultura praticada no meio

social. Assim, “O mundo dos objetos constitui apenas um pano de fundo para as pessoas e suas interações sociais.” (MOSCOVICI, 2012, p. 44).

Dessa forma, a percepção é o recorte que o observador faz de uma parte do todo. Merleau-Ponty (2015, p. 24) assevera que “O ‘Algo’ perceptivo está sempre no meio de outra coisa, ele sempre faz parte de um ‘campo’. Uma superfície verdadeiramente homogênea, não oferecendo nada para se perceber, não pode ser dada a nenhuma percepção”. O pássaro ou a borboleta, as flores ou a coloração das folhas da árvore em que os animais percebidos estão constituindo o recorte perceptivo do observador. O bosque ou a floresta forma a superfície agora fragmentada exatamente pelo recorte feito, já não podendo mais ser homogênea. Trazemos aqui a contribuição dos estudos de Lahlou (2014, p. 90) ao assegurar que:

A própria natureza de objeto de estudo (as coletividades) requer que os objetos explicativos sejam da mesma natureza que os outros objetos explicativos, ou seja, compartilhados por todos os membros de uma coletividade. Isso ocorre com territórios, climas e, possivelmente, líderes carismáticos que são explicações coletivas e materiais observáveis, “fatos sociais”. Assim são os instintos ou as disposições naturais, que são explicações materiais não diretamente observáveis. Desse modo são as línguas, leis e costumes, na categoria dos imateriais observáveis. Assim deverão ser objetos imateriais e não observáveis. As representações coletivas que são de tais objetos (como os mitos, as religiões, as crenças, e de uma maneira geral, todos os sistemas explicativos e descritivos do mundo) são uma classe logicamente necessária na sociologia.

O acúmulo das experiências sensíveis e o processo cultural de socialização que recebemos nos credenciaram a acreditar que nossas percepções são verdadeiras e reais. Assim, Merleau-Ponty (2015, p. 25) faz a seguinte ponderação: “nós acreditamos saber muito bem o que é ‘ver’, ‘ouvir’, ‘sentir’, porque há muito tempo a percepção nos deu objetos coloridos ou sonoros”. Dessa maneira, as percepções nos parecem ser reais e verdadeiras, tais quais nós as percebemos.

Entretanto, pode não ser exatamente dessa forma, uma vez que “como o próprio percebido só é evidentemente acessível através da percepção, não compreendemos finalmente nem um nem outro (objeto e percepção do objeto). Estamos presos ao mundo e não chegamos a nos destacar dele para passar a consciência do mundo” (MERLEAU-PONTY, 2015, p. 26. Inserção nossa). Distanciar-se do objeto para que ele se mostre deixar ser conhecido, livrar-se dos preconceitos.

O possível erro a ser cometido é supor diretamente na própria consciência as qualidades que supostamente estão no objeto percebido. Este erro poderá ocorrer também com o pesquisador em representações sociais, se de uma vez transportar para o campo das interpretações determinados elementos percebidos, como verdades já dadas sem ter feito

uma devida análise do que o indivíduo ou grupo quer representar com *ente* dado. Neste sentido, Mazzotti (2002, p. 17) remete aos estudos de Abric (1994) ao enfatizar que:

O ponto de partida dessa teoria é a ruptura com a distinção clássica entre sujeito e objeto. Para Moscovici, sujeito e objeto não são funcionalmente distintos, eles formam um conjunto indissociável. Isso quer dizer que um objeto não existe por si mesmo, mas apenas em relação a um sujeito (indivíduo ou grupo); é a relação sujeito-objeto que determina o próprio objeto. Ao formar sua representação de um objeto, o sujeito de certa forma o constitui, o reconstrói em seu sistema cognitivo, de modo a adequá-lo ao seu sistema de valores, o qual, por sua vez, depende de sua história e do contexto social e ideológico no qual está inserido.

À primeira vista, aqui, parece apresentar uma distinção entre TRS e fenomenologia, uma vez que o objeto passa a ser construído à medida que o sujeito o percebe e tem com ele uma relação que resultará no conhecimento, mais ainda, passando a ser determinado por essa relação. Por outro lado, na fenomenologia, segundo o que já discutimos, Merleau-Ponty diz que o ser não é ser percebido, mas o objeto ou o mundo em si está posto, isto é, está aí, é real. Se todo e qualquer sujeito não o perceber, ele não deixará de estar lá onde sempre esteve e de ter sua existencialidades. Ouso dizer que nas TRS a relação sujeito e objeto é fundamental para a identificação e comunicação da representação, saber como foi constituída, quais os símbolos estão implicados nelas e assim por diante.

Neste ponto TRS e fenomenologia não se distanciam, mas estão no mesmo plano porque as representações estão disponíveis, não são os estudiosos da teoria que as constroem, eles simplesmente fazem a experiência perceptiva do objeto, isto é, de identificar esta ou aquela representação assim como o objeto ou o mundo em si estão para o sujeito observador não constituindo, portanto, um distanciamento, mas uma proximidade na perspectiva da percepção.

O senso comum é um primeiro estágio no processo do conhecimento, sobretudo, se tratando de percepções e sensações, uma vez que parte dele as experiências iniciais. É praticamente um consenso que o senso comum “delimita o sensível pelas condições objetivas das quais depende. O visível é o que se aprende com os olhos, o sensível é o que se aprende pelos sentidos” (MERLEAU-PONTY, 2015, p. 28). Ressaltamos que Merleau-Ponty faz essa distinção dos cinco sentidos simplesmente para reforçar o caráter sensitivo imediato que a visão proporciona tão logo houve a percepção sensitiva, mas, isto não significa que ele não reconheça a visão como um dos cinco sentidos.

Ademais, Merleau-Ponty (2015, p. 32) escreve que a “noção clássica de sensação não era um conceito de reflexão, mas um produto tardio do pensamento voltado para os objetos, últimos termos da representação do mundo, o mais distanciado da fonte constitutiva e, por

essa razão, o menos claro”. Logo, a sensação deve ser refletida como qualquer outra possibilidade de conhecimento, sejam as empíricas ou as teóricas, a fim de aclarar os elementos aportados pela sensação perceptiva. Dessa forma, acrescenta Merleau-Ponty (2015, p. 33):

Se agora nós votarmos, como se faz aqui, para a experiência perceptiva, observamos que a ciência só consegue construir uma aparência de subjetividade: ela introduz sensações que são coisas onde a experiência mostra que já existem conjuntos significativos, ela sujeita o universo fenomenal a categorias que só são exigidas no universo da ciência. Ela exige que duas linhas percebidas, assim com duas linhas reais, sejam iguais ou desiguais, que um cristal percebido tenha número determinado de lados, sem ver o próprio do percebido e admitir a ambiguidade, o ‘movido’, e deixar-se modelar por seu contexto.

O processo de construção do conhecimento científico em TRS passa segundo Vieira (2006, p. 116) por dois universos: “O universo consensual que se constitui, principalmente, nas conversas informais, na vida cotidiana. Já o universo científico se cristaliza em suas formas de linguagem e sua hierarquia interna.” No primeiro estão presentes as contribuições advindas do senso comum, das crenças e da vida cotidiana em mesma. Já o científico é o momento de cristalizar as representações da objetivação e da ancoragem também como constituintes dessa etapa do conhecimento científico em RS. Lahlou (2014, p. 87) acrescenta que a “Representação social é o meio pelo qual os seres humanos representam objetos de seu mundo. Ferramenta de pensamento é também uma placa giratória: entre o indivíduo e o grupo, entre o material e o ideal”.

As representações são as formas concretas e reais que as pessoas utilizam em seu cotidiano para comunicar aos demais sua própria realidade, isto é, sua existência, de forma representada. Entretanto, Moscovici (2012, p. 30) adverte para o risco de que a “[...] observação familiar de que nós não estamos conscientes de algumas coisas bastante óbvias; de que nós não conseguimos ver o que está diante de nossos olhos”. Ora também na fenomenologia este dado pode ocorrer com frequência.

O sujeito observador pode estar desatento e deixar passar elementos da manifestação fenomênica, assim como nas RS não perceber o que está diante de seus olhos. Porém, acrescenta Moscovici (2012, p. 30) que: “Essa invisibilidade não se deve a nenhuma falta de informação devida à visão de alguém, mas a uma fragmentação preestabelecida da realidade, uma classificação das pessoas e coisas que a compreendem, que faz algumas delas visíveis e outras invisíveis.” Quando discorremos acima sobre o processo de popularização de alguns elementos simbólicos que são transformados em representações sociais, realizados por cientistas e agentes religiosos dentre outros, evidenciamos que eles às vezes o fazem

propositalmente para difundir ideologias de seus interesses, mas em outras os fazem de forma inconscientes.

Ora também as representações são produtos de convenções que fazem mais visíveis umas que as outras. Neste sentido, a invisibilidade é quase que natural, o observador deve estar muito atento a todas as possibilidades para ver o invisível e desvelá-lo, assim como na percepção fenomênica. Completando estas informações “[...] distinguimos, pois, as aparências da realidade das coisas, mas nós as distinguimos precisamente porque nós podemos passar da aparência à realidade através de alguma noção ou imagem.” (MOSCOVICI, 2012, p. 31). O observador atento buscará outros elementos seja a noção ou imagem que ajudarão a transposição da significação à realidade concreta.

Cada indivíduo está inserido em um contexto social histórico, concreto e dele absorve elementos que influenciarão sua própria existência pessoal. Disso, “Nossas reações aos acontecimentos, nossas respostas aos estímulos estão relacionadas à determinada definição comum a todos os membros de uma comunidade á qual nós pertencemos” (MOSCOVICI, 2012, p. 31). Na percepção fenomênica também ocorre o mesmo processo, uma vez que, a carga histórica do contexto social vai com o sujeito perceptivo. Ele, por mais que se esforce, não conseguirá livrar-se por completo do ‘chão epistemológico’ que fez parte de seu arquétipo pessoal.

No âmbito da ciência a percepção está neutralizada de sua própria essência, uma vez que necessita de ser encerrada em experiências já estabelecidas ou categorizadas com critérios científicos da testabilidade ou verificação. Este recorte imposto pela ciência deixa fora qualquer possibilidade de percepção que não seja testável ou a ambiguidade por exemplo. Entretanto, “a sensação, uma vez introduzida como elemento do conhecimento, não nos deixa a escolha da resposta. Um ser que poderia sentir, no sentido de coincidir, não poderia ter outro modo de conhecimento” (MERLEAU-PONTY, 2015, p. 35).

Ora a sensação torna, dessa forma, a principal fonte de informações que levam o sujeito ao conhecimento. Porém, há de ressaltar que a Teoria do Conhecimento avançou e modificou essa visão de forma que existem outras fontes de informações que não só as sensações, ou pelo menos a forma de compreensão dessas sensações pela percepção, é o que demonstra Ponty em sua fenomenologia. Logo acrescenta Merleau-Ponty (2015, p. 36. Inserção nossa) “Os elementos sensíveis dos quais ele é feito (o objeto sensível percebido) não podem perder a opacidade que os define como sensíveis para abrirem-se a uma conexão intrínseca, a uma lei de constituição comum”, através das quais abrem a possibilidade de conhecimento. A partir do exposto acima, o “conhecimento aparece como um sistema de

substituição em que uma impressão anuncia outras sem nunca dar razão delas em que palavras levam a esperar sensações, como a tarde leva para esperar a noite.” (MERLEAU-PONTY, 2018, p. 38). O processo é como que no método dedutivo, se A implica B, portanto, C. Se a tarde leva a sensação da noite, a noite leva à do dia, como a fome, a sede etc.

Quando percebemos o mundo pela visão, temos a sensação de ver tudo organizado de forma a não perceber os espaços recortados entre um *ente* e outro. A Gestalt tem apresentado umas figuras que olhando de um prisma o sujeito percebe uma imagem, porém ao observar de outro ângulo a imagem é transformada em outro elemento muito dispare. Este exemplo pode nos ajudar a ter uma percepção de mundo bastante diferente. Assim, Merleau-Ponty (2015, p. 39) sugere que: “se nós nos puséssemos a ver como coisas os intervalos entre as coisas, o aspecto do mundo seria mudado de maneira tão sensível quanto o da adivinhação no momento em que descubro ‘o coelho’ ou ‘o caçador’”. O mundo não seria mais o mesmo mundo percebido até então, mas outra realidade materializada diante dos olhos que o perceberia completamente distinto.

Por outro lado, Moscovici (2012, p. 50) escreve que “[...] no universo reificado, a sociedade é transformada em um sistema de entidades sólidas, básicas, invariáveis, que são indiferentes à individualidade e não possuem identidade.” Ora, até atingir a reificação, é necessário cumprir certas etapas que perpassam desde a identificação dos elementos simbólicos que representarão a representação, a ancoragem e a objetivação, não se esquecendo dos núcleos central e periférico. “Tais categorias de universos consensuais e reificados são próprio de nossa cultura. Em um universo consensual, a sociedade é vista como um grupo de pessoas que são iguais e livres, cada um com possibilidade de falar em nome do grupo e sob seu auspício.” (MOSCOVICI, 2012, p. 50).

Por isso mesmo as representações são possíveis, os integrantes do grupo as forjam e cada um em sua individualidade as assumem como algo próprio. Daí que cada membro do grupo pode falar pelo todo. As representações sociais vão ganhando vida, isto é, existência real, à medida que têm um lugar comum para serem praticadas, ou seja, são comunicadas aos demais em espaços públicos. “Na maioria dos locais públicos de encontro, esses políticos amadores, doutores, educadores, sociólogos, astrônomos, etc., podem ser encontrados expressando suas opiniões, revelando seus pontos de vista e construindo a lei.” (MOSCOVICI, 2012, p. 51). Os locais públicos onde os grupos de indivíduos se reúnem são, por excelência, os mundos institucionalizados. Moscovici (2012, p. 51) assegura que “Esses mundos são institucionalizados nos clubes, associações e bares de hoje, como eles foram aos

salões e academias do passado”. Nestes mundos, os indivíduos convencionam o que será aceito como representação e o que ficará fora delas.

Segundo Moscovici (2012, p. 8) “As representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros.” Também aqui vemos que a percepção no campo fenomênico tem o mesmo propósito que as representações sociais, uma vez que ela liga a experiência realizada da observação com o mundo real através da comunicação que o sujeito transmite aos demais tornando o objeto manifestado em conhecimento objetivado. Vieira (2006, p. 114) discorrendo sobre a TRS, afirma que Moscovici “[...] sempre resistiu a apresentar que uma definição precisa das representações sociais, por julgar que uma tentativa nesse sentido poderia acabar resultando na redução do seu alcance conceitual”. Embora no processo de ancoragem e objetivação possa passar essa tendência reducionista, porque atribui certa blindagem à representação, sobretudo, por meio do núcleo central.

Vemos que mais uma vez a TRS e a fenomenologia estão próximas uma da outra através da metodologia utilizada. Se Moscovici viu a possibilidade de não reduzir as representações a um conceito específico, também Merleau-Ponty tende à mesma opção, sobretudo ao falar da possibilidade da revisitação do campo ou objeto fenomênico que é sempre aberta, vai sempre além do que o sujeito pode captar. Reduzir a totalidade de uma manifestação fenomênica a uma única percepção de um sujeito observador é tolir a amplitude que o fenômeno pode oferecer. Vieira (2006, p. 114) afirma que para “Abric (2000, p. 28), a representação social é ao mesmo tempo: ‘o produto e o processo de uma atividade mental, através da qual um indivíduo ou grupo reconstitui a realidade com a qual ele se confronta e para a qual ele atribui um significado específico’.” Por essa razão as representações sociais não devem ser encerradas em conceitos específicos, haja vista que são dinâmicas e vivas como fruto e processo de atividades mentais.

É importante ressaltar aqui o que dissemos anteriormente sobre a posição kantiana de que espaço e tempo são categorias internas do observador, e não realidades externas pertencentes ao mundo objetivo e dado à percepção. Kant ainda estabelece doze categorias divididas em quatro grupos e com três subdivisões, a saber: a) quantidade – unidade, pluralidade e totalidade; b) qualidade – realidade, negação e limitação; c) relação – substância, causalidade e comunidade; d) modalidade – possibilidade, existência e necessidade. O conhecimento, neste caso é resultado da experiência sensível corroborado por estas categorias que permitem que o sujeito estabeleça juízos sintéticos *a priori*.

Entretanto, se como sugere Ponty que o sujeito observador possa perceber espaço como coisa, isto é, como ente, é possível que a sensação forneça elementos de conhecimento assim como fornece para todos os outros entes, ou seja, as categorias kantianas podem ser percebidas parciais ou em sua totalidade no espaço como objeto. Dessa forma, afirma Merleau-Ponty (2015, p. 41) “como justificações da mudança, a semelhança e contiguidade daquilo que chamo de estímulo - quer dizer, os fenômenos mais determinados obtidos a curta distância e a partir dos quais eu componho o mundo verdadeiro”. O mundo verdadeiro passa a compreender o espaço como coisa que também deve ser percebida. Neste sentido acrescenta:

Mas essas razões de perceber não eram dadas como razões antes da percepção correta. A unidade do objeto está fundada no procedimento de uma ordem iminente que de um só golpe dará resposta a questões apenas latentes na paisagem, ela resolve um problema que só estava posto sob a forma de uma vaga inquietação, ela organiza elementos que até então não pertenciam ao mesmo universo (MERLEAU-PONTY, 2015, p. 41).

Segundo Moscovici (2012, p. 45) o primeiro a estudar representações foi “Piaget, quando ele estudou a representação do mundo da criança e sua investigação permanece até o dia de hoje como um exemplo. Assim, o que eu proponho fazer é considerar como um fenômeno o que era antes visto como um conceito.” Para Moscovici, as representações sociais são fenômenos vivos que não podem ser encerradas em conceitos estruturais que limitam a dinamicidade das representações.

As representações sociais têm uma raiz no senso comum e por isso mesmo “Existe uma necessidade contínua de reconstituir o senso comum ou a forma de compreensão que cria os substratos das imagens e sentidos sem a qual nenhuma coletividade pode operar.” (MOSCOVICI, 2012, p. 48). No cotidiano dos indivíduos *locus*, privilegiado da vivência do senso comum as RS, são forjadas, ancoradas e objetivadas. Daí que Moscovici chama a atenção para a importância de reconstruí-lo. Dessa forma, as RS “São fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar - um modo que cria tanto a realidade como o senso comum.” (MOSCOVICI, 2012, p. 49).

O que está em discussão é como o sujeito observador é capaz de capturar as informações advindas do objeto de sua sensação e transformá-las em conhecimento. Logo, assegura que Merleau-Ponty (2015, p. 46) “está muito errado em acreditar que com a projeção das recordações se introduza na percepção uma atividade mental e que esteja no oposto do empirismo.” Perceber não pode ser um ato de recordar sensações transcorridas de forma simples. Perceber não e recordar como que se o sujeito tivesse um arquivo onde iria

acumulando as impressões das sensações vividas. Entretanto, Moscovici (2012, p. 38) apresenta opinião importante sobre as ideias passadas afirmando que:

Nossas experiências e ideias passadas não são experiências ou ideias mortas, mas continuam a ser ativas, a mudar e a infiltrar nossa experiência e ideias atuais. Sob muitos aspectos, o passado é mais real que o presente. O poder e a clareza peculiares das representações – isto é, das representações sociais – deriva do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através de ontem e da continuidade que isso pressupõe.

Perceber, portanto, não coincide com lembranças, em uma espécie de anamneses. É preciso, como afirma Merleau-Ponty (2015, p. 47):

Retornar aos fenômenos, encontramos como camada fundamental um conjunto já pleno de um sentido irreduzível: não sensações lacunares entre as quais deveriam encaixar-se recordações, mas a fisionomia, as estruturas da paisagem ou da palavra espontaneamente conformem às intenções do momento assim como às experiências anteriores.

O fenômeno, neste caso, é sempre novo, a cada retorno que o sujeito observador realiza refaz necessariamente sua experiência perceptiva e receberá as sensações advindas do fenômeno. Daí a segurança de Ponty em garantir que perceber não é recordar, mas é fazer a cada nova oportunidade uma percepção distinta da anterior e não realização anamnésica. É sempre um processo reflexivo por meio do qual torna possível a compreensão do mundo. Descreveremos no quadro hermenêutico a seguir, elementos que a nosso ver são importantes como pontos observados entre a fenomenologia e as representações sociais:

Quadro 1 – Elementos (Fenomenologia e representações sociais)

Elemento	Fenomenologia	Representações Sociais
Sujeito	É quem realiza a percepção, pode ser influenciado por sua inserção histórico-social.	É que forja, ancora e objetiva as representações sociais é fortemente influenciado por sua inserção histórico-social.
O objeto	Ele é dado presente, não pode ser construído, mas descrito ou comunicado a partir da percepção do sujeito	Ele pode ser construído, desde o senso comum, crenças e valorizações até a ciência. Mas pode ser também apropriação de algo já elaborado.
O mundo	É dado presente como o objeto, Ser neste caso, não identifica com a percepção. Se o sujeito não perceber o mundo, o mundo não deixará por isso de ter sua existencialidade.	Identifica com a percepção, neste caso, Ser é ser percebido. Se o sujeito não percebe o mundo, conseqüentemente, o mundo não tem existencialidade.
A vida aberta e dinâmica	O mundo é dado presente a experiência perceptiva fenomenicamente. O sujeito está no mundo e é mundo, único local de possibilidade de Ser. O sujeito não constrói o mundo, mas o descreve por meio dos atos da fala.	O mundo é percebido e construído pelos membros de uma sociedade que estabelecem relações convencionais utilizando de símbolos e imagens que representam a realidade na vida cotidiana.
A linguagem	É o principal instrumento simbólico convencional que o sujeito pode utilizar para	É produto da construção histórico-social, é resultado sempre das convenções que

	comunicar aos demais. Nenhuma língua é construída sem as convenções.	coagem o indivíduo a aceitar os símbolos estabelecidos para a comunicação no dia a dia.
A percepção	A percepção é ato vivo e dinâmico, não pode ser recordação. Através da percepção, o objeto revela ao sujeito observador que capta o máximo das informações dadas e comunica aos demais, nunca construindo, mas apenas descrevendo.	A percepção também é ato vivo e dinâmico, as ideias do passado ajudam a construir a realidade presente e futura, porém não é simplesmente recordação. Da percepção os sujeitos de uma comunidade ou grupo podem construir sua realidade através das representações sociais.
A Imagem da Gestalt	A Gestalt apresenta quase sempre, em um mesmo quadro, duas possibilidades de imagens absolutamente antagônicas. Descartes já afirmava que os sentidos nos enganam. Aqui na Gestalt isso fica evidente que o objeto revelado sempre dependerá do ponto de vista do sujeito observador.	

Fonte: Adaptação dos autores

Ponty chega a fazer uma comparação entre reflexão e loucura aclarando qual é o processo realizado pelas duas: “a reflexão é um sistema de pensamentos tão fechado quanto à loucura com a diferença de que ela se compreende a si mesma e ao louco, enquanto o louco não a compreende” (MERLEAU-PONTY, 2015, p. 49). A compreensão ou a apreensão de algum tipo de conhecimento é possível neste esquema somente pelo processo de reflexão que o sujeito observador é capaz de perceber ou capturar pelas sensações que o fenômeno lhe possibilita.

Portanto, “se o campo fenomenal e um mundo novo, ele nunca e absolutamente ignorado pelo pensamento natural, lhe está presente no horizonte, a própria doutrina empirista é uma tentativa de análise de consciência” (MERLEAU-PONTY, 2015, p. 49). O mundo fenomenal é sempre novo, pois a cada empiria refaz-se por meio da reflexão. Todo o processo de percepção captada pelo sujeito observador e presente no horizonte do mundo real. Nesta mesma linha de raciocínio está à afirmação de Moscovici (2012, p. 30) “em outras palavras, nós percebemos o mundo tal como é e todas nossas percepções, ideias e atribuições são respostas a estímulos do ambiente físico ou quase físico em que nós vivemos”. Neste ponto fenomenologia e RS estão em perfeita sintonia, uma vez que já demonstramos que Merleau-Ponty é da opinião de que o objeto ou o mundo está dado ao sujeito observador.

Criticando a posição ortodoxa do empirismo que não reconhece o conhecimento, senão por meio da empiria, Merleau-Ponty (2015, p. 49) assevera que:

Para o empirismo, os objetos culturais e os rostos devem sua fisionomia, sua potência mágica, a transferência e a projeções de recordações; o mundo humano só

tem sentido por acidente. Não há nada no aspecto sensível de uma paisagem, de um objeto ou de um corpo que o predestine a ter um ar alegre ou triste, vivo ou morto, elegante ou grosseiro.

Neste contexto, muitas áreas do saber humano estariam fora de qualquer possibilidade de conhecimento, uma vez que somente podem ser capturadas pelos sentidos e não são passíveis de experiências materiais. “O empirismo exclui da percepção a cólera ou dor que, todavia, eu leio em um rosto, a religião cuja essência eu aprendo em uma hesitação ou em uma resistência, a cidade cuja estrutura eu conheço em uma atitude do funcionamento ou no estilo de um momento (MERLEAU-PONTY, 2015, p. 49-50). Logo, para o empirismo ortodoxo só pode ser experimentado tudo o que puder ser dissecado, fragmentado e medido em quantidades por exemplo. Os estados sentimentais do espírito humano de gozo ou prazer, de alegria, satisfação ou decepções, jamais podem ser experimentados, uma vez que não é possível ser medidas.

CONCLUSÃO

Partimos inicialmente do pressuposto dado por Marková (2017) que Moscovici apropriou de conceitos importantes da *Fenomenologia da Percepção* de Merleau-Ponty na fabricação da Teoria das Representações Sociais. A pesquisadora apontou três elementos que passaram a nortear nossa investigação, a saber: a experiência de vida aberta no mundo; a linguagem e a percepção. Optamos por percorrer o mesmo esquema neste ensaio, estruturando-o em três partes onde cada elemento apontado por Marková foi investigado em uma dessas partes.

Pelo estudo que realizamos em Merleau-Ponty e Moscovici concluímos que, de fato, não iniciamos a cada amanhecer um novo processo de conhecimento. Mas sempre partimos da herança histórico-cultural sobre a qual nossa geração se ergue. Neste sentido, percebemos que Marková (2017) tem razão ao afirmar que Moscovici fez uso de dados estudados por Merleau-Ponty. Ao longo desse ensaio procuramos discutir e demonstrar alguns pontos de proximidade e de distanciamentos entre os dois teóricos, chegando à conclusão que o novo processo de conhecimento não ocorre de forma efetiva.

REFERÊNCIAS

BERTONI, Luci Mara; GALINKIN, Ana Lúcia. TEORIA E MÉTODOS EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. In: MORORÓ, L. P.; COUTO, M. E. S.; ASSIS, R. A. M. (Orgs). **Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias [online]**. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, p. 101-122. doi: 10.7476/9788574554938.005. Disponível

em: <<http://books.scielo.org/id/yjxdq/epub/mororo-9788574554938.epub>>. Acesso em: <19 de fev. 2023>.

JESUINO, Jorge Correia. UM CONCEITO REENCONTRADO. p. 41-75. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRIDADE, Zeidi Araujo (Orgs.) **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. 2. ed. Brasília: Technopolitik. p. 77-130.

LAHLOU, Saadi. DIFUSÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E INTELIGÊNCIA COLETIVA DISTRITUÍDA. Tradução de José Geraldo de Oliveira Almeida. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRIDADE, Zeidi Araujo (Orgs.) **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. 2. ed. Brasília: Technopolitik. p. 77-130.

MARKOVÁ, Ivana. A FABRICAÇÃO DA TEORIA DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. Tradução de Beatriz Gama Rodrigues e João Kaio Barros. **Cadernos de pesquisa**. v. 47, n. 163, p. 358-375, jan/mar. 2017.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. A ABORDAGEM ESTRUTURAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. *Psicologia da Educação*. São Paulo, 14/15, 1 e 2 sem. de 2002, p. 17-37. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/31913>>. Acesso em: <15 de fev de 2023>.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MORAIS, Patrícia Regina de; et. al. **A Teoria Das Representações Sociais**. 2014. Disponível em: <http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/direito_foco/artigos/ano2014/teoria_representacoes.pdf>. Acesso em 14 de jan. 2023>.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigação em psicologia social**. Tradução do Inglês por Pedrinho A. Guarechi. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

VIEIRA, Vania Maria de Oliveira. Metodologia: as trilhas percorridas. In: **Representações Sociais e Avaliação Educacional: o que revela o Portifólio**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC/SP. São Paulo. 2006, p.110-120.

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000. P. 27-37.

JODELET, D. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UM DOMÍNIO EM EXPANSÃO. In: JODELET, D. (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-44.

MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). **Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Edurej, 2001. p. 45-66.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MOSCOVICI, S. **Psicologia das minorias ativas.** Petrópolis: Vozes, 2011.